

CORPO E POLÍTICA, DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE BUTLER E SEGATO

BODY AND POLICY, POSSIBLE DIALOGUES BETWEEN BUTLER AND SEGATO

CUERPO Y POLÍTICA, POSIBLES DIÁLOGOS ENTRE BUTLER Y SEGATO

Stephany Dayana Pereira Mencato¹

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo compreender se seria a violência de gênero tema central ao refletirmos os múltiplos processos da realidade latino-americana, para tanto esquadriha as críticas e alinhamentos presentes em variadas obras de Judith Butler e Rita Segato, refletindo as diferentes construções teóricas por elas estruturadas. Por meio de revisão bibliográfica se propõe a análise e contraposição do pensamento feminista queer de Judith Butler e da teoria feminista decolonial de Rita Laura Segato, sendo que a conclusão não pretende compreender a totalidade do pensamento das autoras, tão pouco abarcar todas as teorias que abordam a temática mas sim refletir possíveis paralelos teóricos, entre obras de autoras feministas que dialogam e criticam Foucault, possibilitando destacar a centralidade da categoria gênero ao se compreender a latino-américa.

Palavras-chave: Gênero, Biopolítica, Feminismo, Violência

Abstract: *The aim of this paper is to understand whether gender violence is a central theme when reflecting the multiple processes of Latin American reality, for which it examines the criticisms and alignments present in various works by Judith Butler and Rita Segato, reflecting the different constructions theoretical frameworks structured by them. By means of a bibliographic review, it is proposed to analyze and contrast the queer feminist thought of Judith Butler and the decolonial feminist theory of Rita Laura Segato, and the conclusion does not intend to understand the totality of the authors' thoughts, nor does it encompass all the theories that address the theme, but rather reflect possible theoretical parallels, between works by feminist authors who dialogue and criticize Foucault, making it possible to highlight the centrality of the gender category when understanding Latin America.*

Keywords: *Gender, Biopolitics, Feminism, Violence*

¹ Doutoranda junto ao Programa de Ciência Política da UFMG; Mestre em Integração Contemporânea da América-Latina pela UNILA

Introdução

Sou uma mulher latino-americana, mestiça, não binária, lésbica, proletária, acadêmica, de formação interdisciplinar. Ainda que meu lugar de fala não defina inteiramente meu olhar sobre o mundo, ter consciência dele é necessário frente ao compromisso, de uma práxis feminista capaz de romper com uma concepção universalista de mulher.

Concepção esta, que não atribui às mulheres características de humanos, de vidas passíveis de luto, que as mantém na submissão em suas pluralidades interseccionais de raça, classe, sexualidade, etnia etc. O presente trabalho nasce do exercício de ampliação e apropriação dessa teoria e práxis feminista, sendo parte de uma pesquisa maior, pretende estabelecer bases para pesquisas futuras.

A pergunta que orienta esta pesquisa é: seria gênero central ao debate acerca da violência na América Latina? Na busca por elementos que permitam essa reflexão percorremos e articulamos diversas obras, em especial, de duas teóricas feministas contemporâneas, referências em suas linhas de pesquisas, Judith Butler e Rita Segato.

A metodologia do presente artigo é a revisão bibliográfica em profundidade, sendo essa “aquela feita a partir de bibliografia variada, ou seja, engloba livros, revistas, jornais, publicações técnicas, dentre outras fontes escritas” (TOLEDO; GONZAGA, 2011, p. 88), no presente caso com enfoque específico nas autoras pesquisadas.

Ambas as autoras de linhas de pesquisa muito distantes, se aproximam ao confrontarem um autor comum, Michel Foucault, pensador do século XX, licenciado em psicologia e diplomado em Estudos Superiores de Filosofia, autor de diversas obras, dentre elas as principais debatidas pelas autoras: *Em defesa da Sociedade* (1975), *História da sexualidade – a vontade de saber* (1976); *Segurança, território e população* (1977) e *Herculine Barbin: O diário de uma hermafrodita* (1982).

Na primeira seção do trabalho, se expõe o pensamento de Judith Butler, nascida em 1956 na cidade de Cleveland, Estados Unidos, bem como sua crítica a Foucault. Judia, professora do departamento de literatura comparada e retórica na Universidade da Califórnia em Berkeley, PhD em Filosofia. Autora fortemente influenciada por teorias pós-estruturalistas francesas, referência na

estruturação da teoria feminista Queer, refletindo em especial sobre questões de sexualidade e identidades LGBT.

Na segunda seção, se busca compreender o desenvolvimento da teoria de Foucault proposto por Rita Laura Segato, esta nascida em 1951 em Buenos Aires, Argentina. Doutora em Antropologia, foi professora na Universidade de Brasília e investigadora do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas do Brasil. É tida como uma das principais referências dentre os feminismos decoloniais, com forte influência do pensamento de Aníbal Quijano, analisando em especial a interligação gênero, raça e colonialidade, no estudo de comunidades indígenas.

As considerações finais não se propõem a esgotar o debate teórico possível entre as reflexões apresentadas pelas autoras e as críticas a Michel Foucault, mas sim apontar uma reflexão sobre a escolha das obras foucaultianas realizadas pelas autoras. As críticas e encaminhamentos de Butler, tem por centro o texto de Foucault: *História da sexualidade I – a vontade de saber*, ainda que comentando outras obras. Por sua vez, Rita Segato não a inclui em seus debates de gênero, o que torna possível questionar os limites tanto das teorias propostas pelas autoras, quanto a partir dos textos destas, possíveis limitações do pensamento foucaultiano.

1 Butler: crítica e construção a partir de Foucault

Nas obras *Problemas de gênero* e “Inversões sexuais” Butler dialoga diretamente com *História da sexualidade I* e *Herculine Barbin: o diário de uma hermafrodita* de Michel Foucault, expondo o que considera serem limites e críticas ao pensamento do autor, em especial, sobre dois pontos: primeiro sobre o relato histórico de Foucault sobre a mudança no poder, que não funcionaria à luz do surgimento da AIDS, uma vez que o autor tomaria como pressuposto para a biopolítica o fim das epidemias:

O ‘sexo’ é construído não apenas a serviço da vida ou da reprodução, mas, o que pode se tornar um corolário lógico, a serviço da regulação e distribuição da morte. (...) No discurso médico-jurídico que surgiu para administrar e reproduzir a epidemia de AIDS, as formas jurídicas e produtivas do poder convergem para efetuar uma produção do sujeito homossexual como um portador da morte. (...) o relato histórico de Foucault sobre a mudança no poder deve agora ser reescrito à luz do regime de poder/discurso que regula a AIDS. Para Foucault, a categoria ‘sexo’ surge somente com a condição de que as epidemias tenham terminado (BUTLER, 2013, p. 93).

Um segundo ponto de crítica desenvolvido pela autora seria a supressão por Foucault do debate acerca da diferença sexual binária, entre masculino e feminino, que instituiria o masculino como universal. Neste sentido, afirma:

[...] um exame mais detido de alguns dos próprios trabalhos de Foucault revela uma indiferença problemática em relação à diferença sexual. Contudo, sua crítica da categoria de sexo provê uma visão das práticas reguladoras de algumas ficções médicas contemporâneas, concebidas para designar um sexo unívoco (BUTLER, 2003, p. 11).

Apesar das críticas, Butler afirma a importância do pensamento foucaultiano, ao expressar que tal teoria crítica, em especial ao dialogar em sentido radicalmente contrário a psicanalistas como Freud e Marcuse, permitiria a compreensão de como, por meio de um processo histórico, dispositivos de saber-poder produtivos tornaram o sexo e a sexualidade caracterizantes e unificantes não somente de traços anatômicos e biológicos, mas da própria identidade, enquanto espécie de núcleo psíquico essencial do ser. Neste contexto, observa:

Foucault defende uma lei produtiva sem a postulação de um desejo original; a operação dessa lei se justifica e consolida pela construção de uma explicação narrativa de sua própria genealogia, a qual de fato mascara sua própria imersão nas relações de poder. (...) se concebermos o tabu do incesto como primariamente produtivo em seus efeitos, então a proibição que funda o 'sujeito' e sobrevive como a lei de seu desejo torna-se o meio pelo qual a identidade, e particularmente a identidade de gênero, se constitui (BUTLER, 2003, p. 110-111).

Partindo da genealogia do trabalho de Foucault, Butler postula que a categoria do sexo se estabelece como princípio de inteligibilidade da humanidade de um ser, em que “nenhum ser humano pode ser tomado como humano, pode ser reconhecido como humano, a não ser que esse ser humano seja completa e coerentemente marcado pelo sexo”(BUTLER, 2013, p. 100). Ideia já presente em *Problemas de gênero*, quando afirma que “a noção de que pode haver uma ‘verdade’ do sexo, como Foucault a denomina ironicamente, é produzida precisamente pelas práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gênero coerentes” (BUTLER, 2003, p. 38).

O legítimo reconhecimento como humano prescindiria, portanto, de certa coerência sexual, sendo a incoerência do sexo o que definiria o objeto, o não humano. Para complementar Foucault, a autora busca o pensamento feminista de Irigaray; isso porque se teria no autor a ideia de que qualquer sexo sancionado, seja masculino ou feminino, serviria como preceito de inteligibilidade do humano, sem destacar o processo de hierarquização dos gêneros e a deslegitimação do feminino.

Butler argumenta que o sexo masculino é o humano sancionado universal e, neste ponto, “se o sujeito coerente é sempre sexuado como masculino, então ele é construído através da abjeção e apagamento do feminino” (BUTLER, 2013, p. 100).

O gênero assim se institui não enquanto corolário da cultura, como o sexo seria da natureza, afirmando-se também enquanto meio discursivo/cultural/normal que violentamente produz a natureza sexuada ou o sexo natural estabelecido como “pré-discursivo” e anterior à cultura, ao mesmo tempo em que se assentam sobre os corpos individuais diferenciações binárias. Deste modo, seríamos todos, pelo menos parcialmente, formados por meio dessa violência original, que atua na própria formação do sujeito e de sua identidade.

Os sujeitos são constituídos mediante normas que, quando repetidas, produzem e deslocam os termos por meio dos quais os sujeitos são reconhecidos. Essas condições normativas para a produção do sujeito produzem uma ontologia historicamente contingente, de modo que nossa própria capacidade de discernir e nomear o ‘ser’ do sujeito depende de normas que facilitem esse reconhecimento (BUTLER, 2015, p. 17).

Frente a estas operações do poder, que produzem certos sujeitos como humanos e outros como abjetos, afirma a autora que se constroem vidas que não serão reconhecidas, vidas não passíveis de luto, sujeitas a toda sorte de violências, tornando-se então imprescindível o conceito de precariedade, definido como:

Vidas são, por definição, precárias: podem ser eliminadas de maneira proposital ou acidental; sua persistência não está, de modo algum, garantida. Em certo sentido, essa é uma característica de todas as vidas, e não há como pensar a vida como não precária (...) A condição de precária designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte (BUTLER, 2015, p. 46).

O que Butler denuncia assim é a exposição massiva de grupos populacionais a condições precárias de vida, seja pela ausência da presença estatal, seja pelo massivo desenvolvimento de políticas de extermínio ou maximização da precariedade perpetradas por ações estatais.

2 Segato: Gênero, Violência e Patriarcado

Nenhuma sociedade trataria tão bem suas mulheres como a seus homens, em contrapartida não haveria nenhuma sociedade que não endosse algum tipo de mistificação da mulher e do feminino, prestando culto ao materno, ao feminino virginal, sagrado e deificado ou que não cultive

de algum modo alguma das variantes do mito do matriarcado originário, levando Segato (2003, p. 3) a concluir que “a universalidade dessa fé em uma mística feminina é um correlato indissociável da violência inscrita nas estatísticas do PNUD, trata-se, sem dúvida alguma das duas caras de uma mesma moeda”². Sua tese fala da violência inerente à própria dinâmica de gênero, praticamente inseparável da estrutura hierárquica desta relação. Para a autora:

[...] erradicar a violência de gênero é inseparável da reforma mesmo dos afetos constitutivos das relações de gênero tal com as conhecemos e em seu aspecto percebido como ‘normal’. E isso, infelizmente, não pode se modificar por decreto, com um golpe de tinta, subscrevendo-se o contrato legal. (...)o trabalho da consciência é lento porém indispensável. É necessário o remover, o instigar, trabalhar por uma reforma dos afetos e das sensibilidades, por uma ética feminista para toda a sociedade (SEGATO, 2003, p. 4).

A reivindicação de uma ética feminista para toda a sociedade, capaz de erradicar a violência de gênero constitutiva das relações de gênero – ao se cobrirem do manto da hierarquização naturalizada – por meio de uma reforma dos afetos mesmos, é uma marca do pensamento da antropóloga. Seria exatamente tal hierarquização construída que produziria e reproduziria um mundo violento.

Esse efeito violento é resultado do mandato moral e moralizador que reduz e aprisiona a mulher em sua posição subordinada, por todos os meios possíveis, recorrendo a violência sexual, psicológica e física, ou mantendo a violência estrutural da ordem social e econômica no que hoje os especialistas já estão descrevendo como a ‘feminilização da pobreza’ (SEGATO, 2003, p. 15).

Gênero e violência estão, pois, intrinsecamente relacionados. A relação entre homens e mulheres, enquanto status relativo de poder e subordinação hierarquizados no espaço global, torna-se um sistema que não se produz automática ou naturalmente. Sendo pré-determinado, converte-se, antes, em um sistema que se estabelece e se reproduz mediante um repetitivo ciclo de violências, que afetam sobremaneira o corpo feminino e feminilizado.

Em Segato (2003, p. 12), o corpo das mulheres estará, portanto, sempre relacionado a este sistema de status, sendo parte indissociável de uma noção ancestral de território e, por isso, torna-se alvo de violações diversas como marcas da ocupação territorial nos cenários de guerra pré-modernas e modernas.

Outro aspecto importante do pensamento da antropóloga é a percepção de que essas hierarquias de gênero não seriam invenção exclusiva das sociedades contemporâneas. Tal conclusão é “respaldada por uma grande acumulação de evidências históricas e relatos etnográficos que

² O artigo adota a tradução livre do original em língua estrangeira em todas as suas referências.

confirmam, de forma incontestável, a existência de nomenclaturas de gênero nas sociedades tribais e afro-americanas” (SEGATO, 2012, p. 116) que demonstram a existência de um patriarcado de baixa intensidade pré-colonial.

Patriarcado, aqui, entendido como um processo violento de construção de uma hierarquia social baseada na atribuição de status sociais desiguais entre homens e mulheres; mal original, que se verá potencializado com os processos colonizadores e de estabelecimento do Estado moderno, transformado em um patriarcado de alta intensidade.

O confinamento compulsivo do espaço doméstico e das suas habitantes, as mulheres, como resguardo do privado tem consequências terríveis no que respeita à violência que as vitimiza. É indispensável compreender que essas consequências são plenamente modernas e produto da modernidade, recordando que o processo de modernização em permanente expansão é também um processo de colonização em permanente curso. Assim como as características do crime de genocídio são, por sua racionalidade e sistematicidade, originárias dos tempos modernos, os feminicídios, como práticas quase mecânicas de extermínio das mulheres são também uma invenção moderna. É a barbárie da colonial / modernidade mencionada anteriormente. Sua impunidade, como tentei argumentar em outro lugar, encontra-se vinculada à privatização do espaço doméstico, como espaço residual, não incluído na esfera das questões maiores, consideradas de interesse público geral (SEGATO, 2012, p. 121).

O processo colonial e o estabelecimento da lógica binária patriarcal moderna encerram as possibilidades de trânsitos, e qualquer disponibilidade de circulação pré-colonial à circulação entre as posições/status de gênero pré-coloniais. É nesse processo que o “gênero se reveste da matriz heterossexual, à maneira ocidental, e passam a ser necessários os direitos de proteção contra a homofobia e as políticas de promoção da igualdade e a liberdade sexual” (SEGATO, 2012, p. 125).

A reivindicação da lei é outra característica importante no pensamento de Segato (2006, p. 212). Tendo optado por uma visão contratualista da nação, ela defende que a lei deve mediar e administrar a convivência de costumes e comunidades morais distintas, ainda que tenha se originado de um processo colonizador, em que uma etnia dominante acaba por impor seu código às demais. Assim, a lei é afirmada como arena, como espaço de múltiplas e tensas interlocuções e contendadas.

[...] creio que a lei não é somente produtiva no trabalho dos juízes ao emitir sentenças. É importante também perceber a importância pedagógica do discurso legal que, por sua simples circulação, é capaz de inaugurar novos estilos de moralidade e desenvolver sensibilidades éticas desconhecidas (SEGATO, 2006, p. 219).

A lei é reconhecida então como esse espaço de luta, ainda que, como já apresentado acima, não seja último e absoluto, mas um campo simbólico de poder. Nele seria possível inscrever as

demandas revolucionárias desta nova ética feminista, que permitiria a toda a sociedade reivindicar o fim do patriarcado e de seu ciclo permanente de violência. Segato (2006, p. 224) dialoga com Michel Foucault ao defender esta ética do incômodo, que afirma como característica imprescindível a um etnógrafo.

Outros diálogos importantes com as obras de Foucault, em particular, *Segurança, território e população*; *Nascimento da biopolítica*; *Em defesa da sociedade*, serão centrais ao desenvolvimento da teoria proposta por Segato (2013, p. 21-22; 2014, p. 31-38; 2016, p. 37-41, 58, 66-70, 95-108). Tal diálogo permite à autora retomar a teorização foucaultiana de temas como poder soberano, território, Estado, governo da população, poder pastoral, microfísica do poder, poder disciplinar, panóptico e o biopoder exercido por uma biopolítica.

A partir dessa interlocução, ela irá propor, especialmente em suas obras *Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres* e *La guerra contra las mujeres*, que a violência contra a mulher deixou de ser um efeito colateral das guerras entre Estados. Na sociedade atual teriam emergido globalmente novas formas de guerra, resultantes de transformações históricas específicas, e nestas a violência contra o corpo feminino e feminilizado se torna um objetivo estratégico, caracterizando a pedagogia da crueldade, capaz de marcar o poder soberano em corpos e mentes de populações submetidas a guerras e poderes informais e paraestatais.

Segundo Foucault, na época feudal e no início da modernidade a forma de governo foi o *governo da população*, ou seja, da administração do grupo humano estabelecido no território. Essa mutação significou uma mudança muito profunda na concepção de propriedade e na posse que, certamente, devido a continuidade cognitiva entre corpo de mulher e território, resultou em uma transformação profunda nas concepções de gênero e sexualidade. O mesmo ocorreu na fase seguinte. *As técnicas disciplinares* e a exibição exemplar do castigo, situadas por Foucault nos séculos XVIII e XIX, deram espaço para a *sociedade de controle* no século XX. O exercício do *poder pastoral* foi um elemento crucial nesta transformação. (...) A evolução das modalidades de governo contudo continua até um estado final de controle da sociedade: o do poder como *bio-poder*, exercido através da *bio-política*, com seu tipo de governo correspondente, isto é, o governo da população como seres biológicos por meio da gestão de seus corpos. Políticas que, nesta fase, são direcionadas a corpos (Foucault, 1997, 2004a and 2004b). Defendi anteriormente que, no que diz respeito ao governo e seus objetos de gestão, estamos hoje frente a lenta emergência de um terceiro momento em que os Estados competem com agências não estatais, ambos exercendo seu controle sobre a população por meio da *técnica pastoral*, ou seja, como rebanhos (SEGATO, 2014, p. 31-32; 2016, p. 66).

O que propõe a autora, então, é configuração de uma nova etapa, de uma evolução. Se, para Foucault, uma fase de poder soberano foi seguida de uma sociedade de controle, disciplinar, biopolítica, em que o biopoder seria exercido como forma de governo de uma população assentada

sobre um território, por meio de uma microfísica do poder sobre os corpos, que permitiria ao estado gerir as populações, estaríamos hoje frente a uma lenta emergência de um terceiro momento.

O cenário de informalidade das guerras contemporâneas, o fortalecimento de um segundo Estado mafioso e de forças paraestatais – como corporações armadas empresariais com atuação e vultuosos aportes de capitais globais –, a perda progressiva de poder, de capital econômico e do controle sobre a economia global pela grande potência imperial moderna, os Estados Unidos, bem como a acumulação de capital massivo nas mãos de um percentual mínimo da população; tudo isso daria início a esta fase do capitalismo patriarcal moderno, intitulada “apocalíptica”, em que a guerra é generalizada como última forma de manutenção das estruturas de poder.

A violência patriarcal, quer dizer, a violência misógina e homofóbica desta modernidade tardia plena – nossa era dos direitos humanos e da ONU – revela-se precisamente como sintoma, ao se expandir sem freio apesar das grandes vitórias obtidas no campo da letra, pois em ela se expressa de maneira perfeita, com grafia impecável e claramente legível o arbítrio crescente de um mundo marcado pela ‘doneidade’, uma nova forma de senhorio resultante da aceleração da concentração e da expansão de uma esfera de controle da vida que descrevo sem duvidar como paraestatal, (...). Nestes crimes [de gênero], o capital, em sua forma contemporânea, expressa a existência de uma ordem regida pelo arbítrio, exibindo o espetáculo da possibilidade de uma existência sem gramática institucional ou, em outras palavras, de falência institucional inevitável ante níveis de concentração de riqueza sem precedentes (SEGATO, 2016, p. 17).

Vê-se então uma denúncia de que o pilar de toda a estrutura de poder da modernidade, que justificaria a desigualdade e a acumulação de capital na mão de poucos senhores ou donos, soberanos, não apenas do capital, mas do poder sobre a vida e a morte das grandes massas populacionais desprovidas de capital. Nesse contexto, seria o patriarcado produzido e reafirmado cotidianamente por meio de uma pedagogia da crueldade, que afetará em especial corpos femininos e feminilizados.

Sob a perspectiva do feminismo interseccional, se reivindica o termo “femigenocídio”, enquanto violência perpetrada sistematicamente sobre os corpos femininos e feminilizados, de modo a impossibilitar a democracia representativa. A partir de sua pesquisa, Segato (2014, p. 71) reivindica a introdução de uma retórica jurídica e a conscientização da opinião pública quanto à centralidade e ao significado das novas formas de vitimização do corpo feminino e feminilizado.

Frente ao caráter nuclear do debate de gênero, critica o processo de minorização, que torna o assunto “tema de minorias”, quando, em verdade, trata-se de um debate de interesse universal, na medida em que denuncia um cenário bélico informal em expansão, operando com métodos

mafiosos e configurando um universo paraestatal de controle e captura progressiva da vida social e da política. Assim, seria preciso:

[...] que o tema sia das mãos exclusivas das mulheres, já que, assim como o racismo deve ser compreendido como um problema também dos brancos, cuja humanidade se deteriora e se degrada a cada ato racista, o sexismo deve ser reconhecido como um problema dos homens, cuja humanidade se deteriora e se degrada ao ser pressionados pela moral tradicional e o regime de status a reconduzirem-se todos os dias, pela força ou pela manha, a sua posição de dominação (SEGATO, 2003, p. 16).

Desse modo, ressalta-se a necessidade de se englobar socialmente, em todas as esferas, a centralidade e atualidade dos debates de gênero, destacando as múltiplas violências perpetradas sobre os corpos, em particular sobre os corpos femininos e feminilizados, e sua relação direta com o capitalismo global e com a manutenção e a reprodução de processos econômicos, políticos e sociais de estruturas patriarcais, racializadas e desiguais de poder.

Considerações Finais

O presente trabalho não esgotou o amplo debate apresentado pelas autoras na amplitude de suas obras, mas possibilitou uma síntese do pensamento tanto de Butler, quanto de Segato, em especial no que tange a seu debate direto com Foucault. Deixou-se em aberto como uma eventual sequência da pesquisa o contato direto com as seguintes obras foucaultianas: *Em defesa da sociedade*, que aborda questões como o racismo de Estado, o que possibilitará a legitimação da violência genocida do Estado, ainda que este se apresente enquanto gestor e maximizador da vida; *Os anormais*, em que o autor debate a construção dos indivíduos perigosos, esses “outros” da sociedade; e *Segurança, território e população*, que permitiria uma reflexão acerca do papel próprio ao Estado.

O pensamento de Segato remete a uma releitura de *Segurança, território e população*, particularmente ao conceito de população enquanto público e espécie humana, massa de problemas de governo jurídicos, políticos e técnicos, bem como ao conceito de Estado, não somente enquanto população e território, mas prática ativa e pactuada, enquanto maneira de governo, de governar, agir e se relacionar com o governo, muito mais capilar do que centralizado. Além de um paralelo com *História da sexualidade I, a vontade de saber* de Foucault, bem como relacionando-o com a crítica

à obra já exposta e feita por Judith Butler. Mais do que concluir e fechar temáticas, o presente artigo abre caminhos para uma sequência de pesquisas acadêmicas e incita reflexões.

Como se pode observar a partir dos capítulos anteriores as reflexões de Butler e Segato sobre gênero partem de pontos diferentes, a primeira debruçando-se sobre o campo da sexualidade e suas violências e a segunda sobre o patriarcado e a violência contra a mulher. As pesquisas no entanto se aproximam ao dialogarem com Foucault, ainda que partindo de diferentes obras do filósofo, especialmente ao refletirem o exercício do biopoder nas sociedades modernas, questões que envolvem as violências praticadas contra corpos femininos e feminilizados, violência de gênero, são tomadas muito além da tradicional compreensão instrumental e individual, e elevadas a um ponto onde se destaca seu papel estrutural nas nossas sociedades.

Rita Segato contribui para especialmente ao marcar o peso da esfera de gênero na violência colonial que reverbera pela América Latina, enquanto Judith Butler nos auxilia na compreensão dos processos de construção dos marcadores de precariedade que violentam os corpos femininos e feminilizados, precariedade acentuada na América Latina, com seus altíssimos índices de violência de gênero.

Butler e Segato criam teorias que se distanciam em certos aspectos, especialmente por buscarem, de diferentes formas, e a partir de diferentes bibliografias, por meio do pensamento crítico, ampliarem e atualizarem o pensamento foucaultiano. Segato (2018, p. 59) se afasta explicitamente de Butler, buscando construir o conceito de “doneidade” e apontando o avançar de uma nova era onde o poder estatal compete com forças paraestatais na condução das populações, ela aponta a necessidade de uma contra-pedagogia da crueldade como forma de resistência, marcada por desobediências capilares e possíveis, capazes de desestabilizar as estruturas e hierarquias; Butler (2018, 144) se aprofunda nos temas de precariedade da vida e vulnerabilidade, destacando o poder dos movimentos sociais como espaços de resistência e argumenta em torno da construção de alianças e espaços de comunicação não violentos (BUTLER, 2018, 207) como formas de resistência e contra-conduta frente as formas de poder atuais.

Como apresentou-se ao longo do trabalho as autoras possuem e tratam temas de gênero por meio de diferentes perspectivas, contudo o diálogo e as reflexões propostas por ambas são centrais para compreendermos diferentes aspectos que marcam a violência de gênero na América Latina e o

debate decolonial, elas nos apontam ainda caminhos possíveis na construção de uma sociedade menos violenta.

Referências

- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução, Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____, Judith. *Vida precária*. contemporânea n. 1, p. 13-33, jan.-jun. 2011
- _____, Judith. Inversões sexuais. In: PASSOS, Izabel C. F. *Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- _____, Judith. *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* trad. Sérgio T. de N. Lamarão e Arnaldo M. da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- _____, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Trad. Fernanda Siqueira Miguens; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- SEGATO, Rita L. *Las estructuras elementales de la violencia: contrato y status en la etiología de la violencia*. Conferencia leida el 30 de junio de 2003 en la abertura del Curso de Verano sobre Violencia de Género dirigido por el Magistrado Baltasar Garzón de al Audiencia Nacional de España en la sede de Lorenzo del Escorial de la Universidad Complutense de Madrid. Série antropologia: Brasília, 2003.
- _____, Rita L. *Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais*. Mana vol.12 n.1 Rio de Janeiro Apr. 2006
- _____, Rita L. *Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial*. *Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical* revues.org: e-cadernos ces [online] 18|2012.
- _____, Rita L. *La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez*. 1a ed. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.
- _____, Rita L. *Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres*. Puebla: Pez en el árbol, 2014.
- _____, Rita L. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.
- _____, Rita L. *Contra-pedagogías de la crueldad*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.
- TOLEDO, César de A. A. de; GONZAGA, Maria T. C. G. (org.). *Metodologia e técnicas de pesquisa: nas áreas de Ciências Humanas*. prefácio Peter Johann Mainka ; apresentação Mário Luiz Neves de Azevedo. -- Maringá : Eduem, 2011.